

**HABEAS CORPUS Nº 467.922 - SP (2018/0230175-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DANILO PEREIRA LEITE - SP349333**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JOSE AGNALDO SALES DE OLIVEIRA (PRESO)**

**DECISÃO**

**JOSÉ AGNALDO SALES DE OLIVEIRA** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (Agravo n. 9000603-36.2017.8.26.0482).

A Defensoria Pública se insurge contra a não progressão do paciente ao regime semiaberto, uma vez que, a seu ver, estão preenchidos os requisitos legais para tanto. Requer, em liminar, a declaração do benefício.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem.

**Decido.**

O sentenciado cumpre pena de **16 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão**, cujo término está previsto para **2/3/2028**. O Juiz indeferiu seu pedido de progressão, em 31/7/2017, porque ele "possui histórico prisional desfavorável". Esclareceu que, "nos períodos em que esteve em liberdade [ o reeducando] cometeu novos delitos" (fl. 59),.

A decisão foi mantida pelo Tribunal de origem porque "além de o sentenciado possuir longa pena a cumprir, ainda não cumpriu o requisito subjetivo, conforme se depreende de seu boletim informativo" (fl. 35).

A progressão de regime prisional foi indeferida por **inadimplemento do requisito subjetivo**, com lastro não somente na gravidade dos crimes objetos da execução penal e na longa pena a cumprir, mas em **elementos desabonadores** relacionados ao **histórico carcerário do apenado**.

O *decisum* está em consonância com a jurisprudência:

1. Esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, ainda que haja atestado de boa conduta carcerária, a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções, com base nas **peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal**, justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo.

[...]

(RHC n. 71.109/RJ, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 1º/8/2018).

À vista do exposto, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator